

CAIUÁ SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.

CNPJ nº 61.584.140/0001-49

Companhia Aberta

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Aos 08 (oito) dias do mês de maio de 2000, às 09:00 horas, na sede social, nesta Capital-SP, na Av. Paulista, 2.439 - 5º andar, reuniram-se os senhores membros do Conselho de Administração da Sociedade, infra - assinados em quórum legal para instalação. Iniciada a reunião assumiu a presidência dos trabalhos o Dr. Jorge Queiroz de Moraes Júnior e escolheu a mim, Alberto José Rodrigues Alves, para secretariá-lo. O Sr. Presidente esclareceu que a presente reunião havia sido convocada com a finalidade de atender às exigências da CVM constantes do OFÍCIO/CVM/SRE/nº 342/2000, nos termos da Assembléia Geral Extraordinária da Companhia de 29 de março de 2000, que aprovou sua 3ª Emissão de Debêntures simples de acordo com o parágrafo 1º do artigo 59 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976. Dando prosseguimento os Conselheiros, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, vêm redeliberar as seguintes decisões da Assembléia Geral Extraordinária da Companhia de 29 de março de 2000 ("AGE"): a) A alínea "g" do item 12 da AGE passa a ter a seguinte redação: "g) alteração estatutária, modificação ou alienação do controle acionário da Emissora, bem como reorganização societária envolvendo a Emissora e/ou seus ativos, que possa, de qualquer forma, afetar, direta ou indiretamente, o integral cumprimento das obrigações da Emissora previstas na Escritura de Emissão; salvo no caso em que a Emissora comprove satisfatoriamente ao Agente Fiduciário e aos debenturistas, reunidos em assembléia, sua capacidade financeira de cumprir as obrigações principais e acessórias previstas na Escritura de Emissão." b) O item 14 da AGE passa a vigorar com a seguinte redação: "**14. Repactuação:** Caberá ao Conselho de Administração da Emissora deliberar sobre as condições de repactuação das Debêntures, aprovando o novo prazo de duração do Período de Incidência de Remuneração e as condições da remuneração. As deliberações do Conselho de Administração sobre as condições de repactuação, serão comunicadas pela Emissora, por intermédio de publicação, até 10 dias antes do encerramento de cada Período de Incidência de Remuneração, informando: a) o prazo do próximo Período de Incidência de Remuneração, obedecendo o prazo mínimo estabelecido pela legislação pertinente; b) a modalidade e percentuais da taxa de remuneração a vigor durante o próximo Período de Incidência de Remuneração; e c) a data limite em que os debenturistas, que não concordem com as novas condições fixadas pelo Conselho de Administração da Emissora, para o novo Período de Incidência de Remuneração, deverão manifestar junto à CBLC ou à Emissora sua opção de exercer o direito de venda de suas Debêntures para a Emissora, devendo tal data ser fixada em, no mínimo, 5 (cinco) dias após a data da publicação das condições da repactuação. A Emissora obriga-se a adquirir a totalidade das Debêntures nas datas de encerramento de cada Período de Incidência de Remuneração, dos debenturistas que não aceitarem as condições de repactuação fixadas pelo Conselho de Administração, pelo saldo do Valor Nominal Unitário da Debênture, acrescido dos rendimentos calculados *pro rata temporis* definidos para o período vencido, calculados desde a Data de Emissão, ou do último pagamento de juros, até a data do seu efetivo pagamento." c) O item 15 da AGE passa a vigorar com a seguinte redação: "**15. Resgate Facultativo:** A Emissora poderá, a qualquer tempo, observado o prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da Data de Emissão, por decisão de seu Conselho de Administração, e mediante aviso prévio de 15 (quinze) dias aos Debenturistas, adquirir as Debêntures desta Emissão em circulação no mercado, total ou parcialmente, neste último caso mediante sorteio, e por preço não superior ao seu saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da remuneração prevista no item 9 acima, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei nº 6.404/76. As Debêntures objeto desse procedimento serão canceladas." d) O item 17 da AGE passa a vigorar com a seguinte redação: "**17. Garantias Adicionais:** As Debêntures gozarão ainda de garantia adicional consistente em fiança a ser outorgada pelas sociedades DENERGE - Desenvolvimento Energético S.A. e Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. (conjuntamente, as "Garantidoras"). Tal fiança garantirá solidariamente as obrigações assumidas pela Emissora oriundas da presente Emissão, sendo irrevogável e irretroatável para todos os efeitos legais, devendo as Garantidoras renunciar, desde já, aos benefícios previstos nos artigos 1491, 1498, 1499, 1500, 1502, 1503 e 1504 do Código Civil Brasileiro, artigos 261 e 262 do Código Comercial Brasileiro e artigo 595 do Código de Processo Civil. Aos Debenturistas será concedida a "Faculdade de Dação

em Pagamento", a ser exercida no caso desta Sociedade inadimplir as obrigações representadas pelas Debêntures, sendo que os referidos Debenturistas poderão pagar suas contas de energia elétrica faturadas por esta Sociedade, pela Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA e pela Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT (coletivamente as "Anuentes"), junto às referidas sociedades e junto aos bancos integrantes da rede arrecadadora, mediante dação de tantas Debêntures quantas forem necessárias para o pagamento do valor das contas de energia elétrica, utilizando-se para fins de cálculo da quantidade de Debêntures objeto da dação, o saldo do Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures, remuneração e encargos moratórios, na data do exercício da Faculdade de Dação em Pagamento. Em remuneração à concessão da Faculdade de Dação em Pagamento, cada uma das ANUENTES deverá fazer jus a uma remuneração no valor correspondente a 0,5% do saldo devedor das Debêntures, a ser paga pela EMISSORA no momento da liquidação das Debêntures. A referida remuneração terá sua taxa e período de incidência repactuadas nas datas de cada Repactuação das Debêntures." Nada mais havendo a ser tratado o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e como ninguém se manifestou, deu por encerrada a reunião, da qual lavrou-se a presente ata, que lida e achada conforme, segue assinada por todos os presentes. São Paulo, 08 de maio de 2000. **Presidente:** Jorge Queiroz de Moraes Júnior. **Secretário:** Alberto José Rodrigues Alves. **Conselheiros:** Jorge Queiroz de Moraes Júnior, Alberto José Rodrigues Alves, José Alberto Artigas Giorgi, Fernando Quartim Barbosa de Figueiredo, Gilberto Carlos Moreno, Plácido Gonçalves Meirelles e Osmar José Vicchiatti. Declaro que a presente é cópia fiel extraída de livro próprio. Jorge Queiroz de Moraes Júnior - Presidente. Alberto José Rodrigues Alves - Secretário. **Registrada na Jucesp sob nº 83.807/00-7 em 10.05.2000**
- Secretária Geral: Arlete S. Faria Lima.